

**10 - 12 | 2025**

## **ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL EM CONTEXTO DE COOPERAÇÃO: CONTRIBUTOS DO PROJETO ERGUES (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE)**

**Technical-vocational education in a cooperative context: contributions from the ERGUES Project (São Tomé and Príncipe)**

**Educación técnico-profesional en un contexto cooperativo: aportes del Proyecto ERGUES (São Tomé y Príncipe)**

**Esmael Fernandes<sup>1</sup> | Leonor Santos<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Esmael Fernandes (doutoramento, Projeto ERGUES, São Tomé e Príncipe, <https://orcid.org/0000-0002-6908-3313>, efernandes@st.imvf.org).

<sup>2</sup>Leonor Santos (doutoramento, Projeto ERGUES, São Tomé e Príncipe, <https://orcid.org/0000-0002-5246-1971>, leonor.santos@imvf.org).

Autor para correspondência: leonor.santos@imvf.org

*Data de recepção: 25-06-2025*

*Data de aceitação: 01-07-2025*

*Data da publicação: 10-12-2025*

**Como citar este Resumo:** Fernandes, E. & Santos, L. (2025). *Ensino técnico-profissional em contexto de cooperação: Contributos do Projeto ERGUES (São Tomé e Príncipe)*. ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 281-298. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13>

### **RESUMO**

O Projeto de cooperação para o desenvolvimento *Ensino e Reforma da Governação Educativa em São Tomé e Príncipe* (ERGUES, 2024-2026) assume, como um dos seus 4 Eixos de intervenção, o ensino técnico-profissional de dupla certificação, ou seja, o ensino que confere, concomitantemente, uma qualificação académica de equivalência ao ensino secundário e uma qualificação profissional para uma área específica do mercado de trabalho. Neste âmbito, tem estado a elaborar propostas de legislação para criar e operacionalizar um Sistema Nacional de Qualificações e procedeu ao diagnóstico de necessidades de formação nos distritos de Lembá e de Caué e na Região Autónoma do Príncipe, no sentido de apoiar a conceção e implementação de cursos adequados às características e mercado de trabalho predominantes destas regiões. Neste texto, apresentamos o projeto ERGUES e elencamos os principais fundamentos que

estiveram na base da sua conceção. Em seguida, referimos a metodologia de trabalho geral do projeto e, em termos específicos, a metodologia que tem sido utilizada no desenvolvimento das atividades deste Eixo. Explicitam-se, em particular, os resultados da implementação de uma metodologia de trabalho qualitativa, assente na pesquisa documental e na realização de encontros de reflexão/discussão/trabalho com uma diversidade de atores (informantes) do sistema educativo, do mercado de trabalho e da comunidade em geral. Apresentam-se, depois, resultados preliminares do trabalho já realizado e, por fim, tecem-se considerações gerais no que concerne à continuação e sustentabilidade do apoio à implementação de cursos técnico-profissionais de dupla certificação no quadro do Projeto ERGUES.

**Palavras-chave:** Cooperação para o Desenvolvimento, Ensino Técnico-Profissional de Dupla Certificação, São Tomé e Príncipe.

## ABSTRACT

The cooperation for development Project entitled *Education and Reform of Educational Governance in São Tomé and Príncipe* (ERGUES, 2024-2026) assumes, as one of its 4 Axes of intervention, technical-professional education with dual certification, that is, education that confers, simultaneously, an academic qualification equivalent to secondary education and a professional qualification for a specific area of the labor market. In this context, it has been drafting legislative proposals to create and operationalize a National Qualifications System and has carried out a diagnosis of training needs in the districts of Lembá and Caué and in the Autonomous Region of Príncipe, to support the design and implementation of training programs suited to the characteristics and predominant labor market of these regions. In this text, we present the ERGUES project and list the main foundations that supported its conception. Next, we refer to the project's general work methodology and, more specifically, to the methodology that has been used in developing the activities of this Axis. We explain the results of the implementation of a qualitative work methodology, based on documentary research and the holding of reflection/discussion/work meetings with a diversity of actors (informants) from the educational system, the labor market and the community in general. Preliminary results of the work already carried out are then presented and, finally, general considerations are made regarding the continuation and sustainability of the support for the implementation of dual certification technical-professional programs within the framework of the ERGUES Project.

**Keywords:** Cooperation for Development, Dual Certification Professional Training, São Tomé and Príncipe.

## RESUMEN

El Proyecto de Cooperación para el Desarrollo intitulado *Educación y Reforma de la Gobernanza Educativa en Santo Tomé y Príncipe*

(ERGUES, 2024-2026) asume, como uno de sus 4 Ejes de intervención, la educación técnico-profesional con doble certificación, es decir, una educación que confiere, simultáneamente, una cualificación académica equivalente a la educación secundaria y una cualificación profesional para un área específica del mercado de trabajo. En este contexto, ha elaborado propuestas legislativas para crear y poner en funcionamiento un Sistema Nacional de Cualificaciones y ha realizado un diagnóstico de las necesidades de formación en los distritos de Lembá, Caué y en la Región Autónoma de Príncipe, a fin de apoyar el diseño e implementación de cursos adecuados a las características y al mercado de trabajo predominante de estas regiones. En este texto presentamos el proyecto ERGUES y enumeramos los fundamentos que sustentaron su concepción. A continuación, nos referimos a la metodología general de trabajo del proyecto y a la metodología que se ha utilizado en el desarrollo de las actividades de este Eje. Se explican los resultados de la implementación de una metodología de trabajo cualitativa, basada en la investigación documental y en la realización de encuentros de reflexión/discusión/trabajo con diversos actores (informantes) del sistema educativo, del mercado laboral y de la comunidad. A continuación, se presentan resultados preliminares del trabajo ya realizado y, finalmente, se formulan consideraciones respecto a la continuidad y sostenibilidad del apoyo a la implementación de cursos técnico-profesionales de doble certificación en el marco del Proyecto ERGUES.

**Palabras clave:** Cooperación para el Desarrollo, Enseñanza Técnico-Profesional de Dupla Certificación, San Tomé y Príncipe.

## Contribuição de autoria (por autor):

**Esmal Fernandes:** gestor do Eixo do projeto ERGUES aqui apresentado e responsável pela coordenação das atividades descritas. Redator inicial da Metodologia, Resultados e Considerações Finais.

**Leonor Santos:** membro da equipa de coordenação do projeto ERGUES. Redatora inicial do resumo, introdução e fundamentação.

## INTRODUÇÃO

O Projeto *Ensino e Reforma da Governação Educativa em São Tomé e Príncipe* (ERGUES) é um projeto de cooperação para o desenvolvimento financiado pela Cooperação Portuguesa e coordenado, na sua execução, pela organização não governamental (ONG) Instituto Marquês de Valle Flôr, sediada em Lisboa. Em termos de implementação e cofinanciamento conta, ainda, com a parceria de quatro instituições de ensino superior portuguesas (IES), a saber: Instituto Politécnico de Santarém, Universidades de Aveiro e de Évora, e Universidade Católica Portuguesa.

O ERGUES tem como objetivo geral “Contribuir para a melhoria da qualidade, da equidade e da inclusão no sistema educativo de São Tomé e Príncipe” (STP) e, como objetivos específicos: Consolidar o ensino técnico-profissional de dupla certificação através de regulamentação e da diversificação de oferta formativa relevante para a empregabilidade jovem; Contribuir para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e de inclusão no Ensino Básico e Secundário através de materiais didáticos

digitais; Promover o desenvolvimento das competências pedagógico-didáticas e digitais dos professores do Ensino Básico e Secundário através do reforço da capacidade institucional e de investigação da USTP; e reforçar a capacidade institucional do Ministério da Educação, por via da formação de quadros em matéria de planeamento, monitorização, avaliação e produção de estatísticas da Educação.

O projeto atua em muito estreita articulação com o Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior (MECCES) e a Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP), parceiros locais que são, simultaneamente, beneficiários da ação, e organiza-se em 4 Eixos de intervenção:

**EIXO 1** – Ensino Técnico-Profissional de dupla certificação;

**EIXO 2** – Materiais didáticos digitais para o Ensino Básico e Secundário;

**EIXO 3** - Formação de professores e investigação em educação;

**EIXO 4** - Reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação.

O ERGUES foi concebido tendo em conta a Estratégia de Cooperação Portuguesa 2030 (República Portuguesa, 2022), a qual preconiza o desenvolvimento de capacidades

nos países parceiros, no que respeita a capacidades humanas, técnicas e institucionais, particularmente em áreas como o ensino em português, a formação de professores, a organização curricular, os materiais didáticos e as metodologias de ensino-aprendizagem adaptadas à realidade local. Está, também, alinhado com um dos 4 pilares estruturantes da ECP 2030: igualdade de género e empoderamento e direitos das mulheres e raparigas. Pretende, ainda, como referido na proposta técnica que o suporta,

contribuir diretamente para alcançar o objetivo 4 dos ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Garantir o Acesso à Educação Inclusiva de Qualidade Equitativa , designadamente para o ensino equitativo e de qualidade (meta 1); igualdade de acesso a educação técnica, profissional e superior (meta 3); aumentar número de jovens e adultos com habilitações e competências técnicas e profissionais relevantes (meta 4); eliminar disparidades de género, garantindo educação a todos os níveis para os mais vulneráveis incluindo pessoas com deficiência (meta 5); contribuir para o desenvolvimento sustentável com educação apropriada sensível à deficiência, igualdade de género, apostando na formação profissional e universitária, e aumentando o número de professores qualificados (meta 7, a, b, e c). (ERGUES, 2023, p. 7).

Nesta comunicação, o foco é o trabalho em curso no Eixo 1, ensino técnico-profissional.

## 1.1 Fundamentação

STP tem registado progressos importantes no acesso à educação, com o alargamento da escolaridade para 12 anos (2013) e com a alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 4/2018), que define a obrigatoriedade de 11 anos de educação para todos: 2 anos de educação pré-escolar e 9 anos de ensino básico. Para além destes aspetos, os indicadores de acesso mostram que as matrículas têm aumentado em todos os níveis de educação e ensino, o que é visível nas taxas brutas de escolarização dos últimos 4 anos (2018/19 a 2021/22), particularmente no 3º CEB (7ª à 9ª classe), que teve um aumento de 11%, e no ensino secundário, com um aumento de 15% (de 63% para 78%). Todavia,

é o ensino secundário que regista as mais baixas taxas de conclusão e a maior taxa de abandono escolar (cerca de 11% em 2021/22). Embora o ensino secundário geral esteja alargado a todos os distritos de São Tomé e à RAP (Região Autónoma do Príncipe), a oferta formativa de cursos do ensino técnico-profissionais de dupla certificação no ensino público é bastante reduzida, já que, em 2021/22,



dos 10 423 alunos matriculados no ensino secundário, apenas 426 se encontravam a frequentar estes cursos, o que representa 4% dos alunos matriculados. (ERGUES, 2023, p. 9)

A falta de oferta formativa de ensino técnico-profissional que atraia os jovens e se torne relevante para iniciativas de empregabilidade na economia nacional e global foi, por isto, considerada um constrangimento do sistema educativo e fundamentou o desenho do Eixo 1 do Projeto ERGUES, assente na premissa de que:

A oferta de cursos técnico-profissionais de dupla certificação, em zonas do país mais desfavorecidas, poderá contribuir para a redução do abandono escolar nessas zonas, bem como para dotar os jovens com competências diferenciadas que lhes abram portas para melhores oportunidades de emprego, a nível nacional ou internacional, ou para iniciativas de empreendedorismo e autoemprego, o que poderá vir a ter como impacto a redução da taxa de desemprego jovem. De salientar que os novos cursos a criar terão de ser atrativos para os jovens e alinhados com o mercado de emprego, nacional

ou global, sob pena de não virem a ter o impacto esperado no desenvolvimento sustentável do país. (ERGUES, 2023, p. 10)

Por outro lado, apesar de o ensino técnico-profissional de dupla certificação estar previsto no DL n.º 27/2010 (Reforma do Ensino Secundário), através dos CEP (Cursos de Educação Profissional, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> classes) e dos CSPQ (Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes, 10<sup>a</sup> a 12<sup>a</sup> classes), a formulação legal, ao apresentar 7 planos de estudo de CSPQ concretos, e ao não clarificar as condições, critérios e procedimentos para que estes cursos possam ser revistos/actualizados, e para que novos cursos possam ser legalmente criados, dificulta a criação de novas ofertas formativas, pelo que se constatou que a legislação em vigor carece de revisão e atualização.

Complementarmente, considerando que a formação para o mercado de trabalho não se restringe, hoje em dia, ao mercado interno, nem à formação de dupla certificação, STP tem vindo a sentir a necessidade de se dotar de um Sistema Nacional de Qualificações que, para além de facilitar a comparabilidade e reconhecimento internacionais dos seus diversos níveis de formação, assegure a relevância e a qualidade das formações de

Fernandes, E. & Santos, L. (2025). *Ensino técnico-profissional em contexto de cooperação: Contributos do Projeto ERGUES (São Tomé e Príncipe)*.  
índole (técnico-)profissional, e clarifique o papel das diferentes estruturas e instituições nacionais nas diferentes modalidades em que este tipo de formação se pode realizar, bem como as sinergias que poderão existir entre elas.

O Projeto ERGUES assume, por tudo isto, como resultado esperado do Eixo 1, “Cursos técnico-profissionais de dupla certificação para Caué, Lembá e RAP criados e com condições de funcionamento”, considerando que estes dois distritos e região são os menos favorecidos e com mais problemas de insucesso e abandono escolar, e que, por isso, mais poderão beneficiar desta intervenção. A criação e entrada em funcionamento dos cursos requerem, porém, a revisão e atualização da legislação em vigor e, em particular, a criação do Sistema Nacional de Qualificações e a revisão do DL n.º 27/2010.

## METODOLOGIA DE TRABALHO

Em termos gerais, a metodologia de trabalho adotada no Projeto ERGUES assenta em:

- ✓ “participação ativa de todos os intervenientes e, em particular, dos parceiros-beneficiários, nas atividades que serão desenvolvidas, de modo a que sejam, efetivamente, co-constutores dos resultados a produzir/alcançar” (Associação Marquês de Valle Flôr, 2024, p. 20);
- ✓ “forte e permanente envolvimento de agentes educativos nacionais – colaboradores nacionais – (incluindo, sempre que possível, a RAP). (...) esta estratégia pretende favorecer um processo de “capacitação em exercício” na qual os agentes nacionais se formam pela cooperação com as equipas das entidades parceiras” (Associação Marquês de Valle Flôr, 2024, p. 21);
- ✓ constituição de *taskforces* interinstitucionais, o que significa que todos os parceiros estarão envolvidos, salvo em casos muito pontuais, nos vários eixos e atividades, contribuindo com os seus recursos humanos de modo a que os perfis de competências e a expertise de cada um complemente a dos parceiros. Caberá à Equipa de Coordenação Local (orientada pela Coordenação Geral da AMVF) assegurar a coordenação e articulação destas *taskforces* – e a cooperação entre estas e os parceiros locais. (Associação Marquês de Valle Flôr, 2024, pp. 20-21)

Considerando, agora especificamente, a dimensão de intervenção do Eixo 1, para o

Projeto ERGUES foram planificadas as seguintes atividades e ações:

Atividade(s)	Ações
A1. Elaboração / atualização de legislação	A1.1 Criação do enquadramento legal de um Sistema Nacional de Qualificações  A1.2 Revisão e atualização do enquadramento legal dos cursos de ensino secundário de dupla certificação (atualmente integrado no DL 27/2010)
A2. Concepção de cursos técnico-profissionais de dupla certificação para Caué, Lembá e RAP	A2.1 Diagnóstico das necessidades de Lembá, Caué e RAP em matéria de ensino técnico-profissional  A2.2 Elaboração de planos de estudo para cursos adequados às 3 regiões abrangidas
A3. Formação pedagógica de formadores das áreas técnicas	A3.1 Concepção de plano de formação acreditado pelo ME  A3.2 Implementação de curso de formação pedagógica para formadores de áreas técnicas
A4. Preparação de infraestruturas e equipamentos para funcionamento dos cursos	A4.1 Diagnóstico das condições e recursos de Lembá, Caué e RAP para a implementação dos cursos  A4.2 Elaboração e implementação de um plano de intervenção em infraestruturas e equipamentos
A5. Implementação de curso(s) em Lembá, Caué e RAP	A5.1 Divulgação e sensibilização dos alunos de 9 <sup>a</sup> classe para esta oferta formativa  A5.2 Apoio à implementação do 1º ano de cursos em Lembá, Caué e RAP

Tabela 1: atividades e ações do Eixo 1

Para o desenvolvimento destas atividades, e em particular da A1, tem-se recorrido a uma metodologia de trabalho de índole essencialmente qualitativa, assente em métodos de recolha de dados como a análise documental e a realização de reuniões com grupos sociais bem definidos. Segundo Reis (2018), a pesquisa qualitativa “Leva em conta que há uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números e não requer a utilização de métodos estatísticos” (p.78). Neste sentido, “[...] o processo e o seu significado são os focos principais de abordagem” (Reis, 2018, p. 78).

Para Pocinho (2012) o método qualitativo prevê três níveis de pesquisa, a saber:

- (i) a descrição, que se relaciona com os aspetos gerais e particulares do fenómeno e material informativo para elaboração do inquérito;
- (ii) a classificação, que se consubstancia na categorização dos fenómenos;
- (iii) a explicação, que é o objetivo último do investigador para efetuar a ponte entre a causalidade e a implicação, ou seja, entre o aspeto temporal e o aspeto extratemporal.

Assim sendo, para os trabalhos iniciais, procedeu-se a reuniões de trabalho com o MECCES das quais resultou, em primeiro lugar, a constituição de dois Grupos de Trabalho Multissetoriais (GTM-1 e GTM-2), através do Despacho n.º 131/GM-MECC/2024. Os grupos reuniam-se semanalmente, às terças e quartas-feiras, respetivamente. Estes grupos eram compostos por técnicos dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade, e por elementos da Equipa de Coordenação Local do Projeto ERGUES, cujas atribuições são as que a seguir se indica:

- a) Recolher e compilar legislações sobre o Sistema Nacional de Qualificações, bem como sobre a estrutura curricular dos Ensinos Básico e Secundário;
- b) Elaborar a proposta de normativo do Sistema Nacional de Qualificações para São Tomé e Príncipe (SNQ-STP);
- c) Produzir, também, outros elementos de suporte do SNQ;
- d) Reformular o Decreto-Lei N.º 27/2010;
- e) Elaborar outras propostas de normativos que se considerem necessárias.

- f) Participar em reuniões e ateliers para a discussão e validação dos documentos.

Concomitantemente com o início do trabalho dos GTM, realizou-se o diagnóstico de necessidades para a implementação dos cursos técnico-profissionais nos distritos de Caué e Lembá e na Região Autónoma do Príncipe (RAP), com base, essencialmente, na realização de encontros de reflexão/discussão/trabalho, quer com o MECCES e suas dependências (delegações distritais e escolas) quer com outras entidades e instituições detentoras de interesse e ligadas ao mercado de trabalho.

No desenvolvimento das ações do Eixo 1, têm sido, também, determinantes para o prosseguimento dos trabalhos bem como para a tomada de decisões em matéria de *ensino técnico-profissional*, a realização de reuniões online com os colaboradores das IES. Neste sentido, teve já lugar, entre 11 e 15 de novembro de 2024, uma Missão Conjunta de IES, que serviu para:

- Dar a conhecer aos colaboradores das IES os distritos de ST (e respetivas escolas secundárias) onde se visa implementar cursos de dupla certificação;



- Promover iniciativas de divulgação/formação sobre ensino técnico-profissional para agentes educativos nacionais;
  - Conceber o plano de estudos do Curso Técnico em Didáticas e Prática de Ensino no 1º Ciclo do Ensino Básico (CDPE-1º CEB) e demais instrumentos/documentos necessários à sua criação e funcionamento;
  - Dar a conhecer o mercado de trabalho e respetivos agentes económicos na área do Turismo, de modo a desenhar uma oferta formativa inovadora e adequada ao contexto do país.
- ✓ a análise conjunta de documentos legais para a criação e funcionamento do ensino técnico-profissional.

Nesta Missão Conjunta destacaram-se:

- ✓ a realização de um seminário com o tema “Formação Técnico-Profissional: Políticas Públicas e Desafios Organizacionais e Pedagógicos”, que teve como público-alvo diretores de escolas secundárias e de escolas profissionais, delegados distritais de educação técnicos do MECCES e do MTS (Ministério do Trabalho e Solidariedade), e que serviu para abordar questões centrais sobre o estado e os desafios da formação técnico-

## RESULTADOS

### Da pesquisa documental

Para a elaboração da proposta de normativos para a formação profissional em STP, bem como para a revisão e atualização do DL n.º 27/2010, foram realizadas pesquisas e recolha de instrumentos legais do país e dos sistemas nacionais de qualificações dos outros países, em particular da CPLP.

Quanto à elaboração e revisão de normativos, na sequência desta pesquisa e dos primeiros encontros do GTM-1, constatou-se a existência de um DL n.º 45/2012, de 28 de dezembro de 2012 – Regime Jurídico da Formação Técnico-Profissional, que nunca chegou a ser, efetivamente, implementado e que precisava de ser atualizado. Constatou-se, ainda, que um SNQ é constituído por diversos elementos, nomeadamente ao nível do enquadramento legal, que devem servir de suporte ao funcionamento do sistema. Assim sendo, entre abril de 2024 e fevereiro de 2025, foram elaboradas 19 propostas de normativos

Fernandes, E. & Santos, L. (2025). *Ensino técnico-profissional em contexto de cooperação: Contributos do Projeto ERGUES (São Tomé e Príncipe)*.

como a seguir se indica (cf. tabela 2), estando

três deles já discutidos e validados:

Documentos validados	Documentos em proposta
<ul style="list-style-type: none"><li>• O Sistema Nacional de Qualificações<sup>16</sup></li><li>• Quadro Nacional de Qualificações<sup>17</sup></li><li>• Perfil do Aluno à Saída do Ensino Básico e do Ensino Secundário de São Tomé e Príncipe<sup>18</sup></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Catálogo Nacional de Qualificações;</li><li>• Regulamento dos Cursos Profissionais de Dupla Certificação;</li><li>• Regime de Acreditação das Entidades Formadoras</li><li>• Reconhecimento, Validação e Certificação das Competências</li><li>• Sistema de Créditos</li><li>• Estatuto do Formador</li><li>• Estatuto do Formando</li><li>• Modelo da Caderneta Individual de Competências</li><li>• Constituição e Regulamentação do Comité Interministerial para a formação profissional</li><li>• Constituição e Regulamentação do Conselho Sectorial de Qualificações para a Qualificação em São Tomé e Príncipe</li><li>• Regime de Formações Modulares Certificadas</li><li>• Documento Regulador da Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações</li><li>• Manual de Qualidade para os Cursos Técnico-Profissionais de Dupla Certificação;</li><li>• Modelo de Contrato de formando;</li><li>• Modelo de Contrato de formação;</li><li>• Proposta de legislação para regulamentação e atualização do currículo dos Ensinos Básico e Secundário, incluindo a vertente técnico-profissional de dupla certificação.</li></ul>

Tabela 2: Propostas de normativos produzidos pelos GTM-1 e GTM-2

Por outro lado, na elaboração da proposta de legislação para regulamentação e atualização do currículo dos Ensinos Básico e Secundário foi tida em conta a inclusão do Ensino Básico pelo facto de se ter verificado que não existe enquadramento legal para o 1.º e 2.º ciclos

deste nível de ensino e que, de 7.ª à 9.ª classes, classes integradas no Decreto-Lei n.º 27/2010 – que versa sobre o currículo do Ensino Secundário geral e o Ensino Secundário profissionalmente qualificante – como 1º Ciclo do Ensino Secundário, passaram, por

<sup>16</sup> Documento discutido e validado por representantes de diversas instituições, designadamente: Ministérios da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior; do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; da Saúde; Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços; Escolas Profissionais Privadas e Centro de Formação Profissional de Budo-Budo e ECL.

<sup>17</sup> Documento discutido e validado por representantes de diversas instituições, designadamente: Ministérios da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior; do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; da Saúde; Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços; Escolas Profissionais Privadas e Centro de Formação Profissional de Budo-Budo e ECL.

<sup>18</sup> Documento discutido e validado por técnicos do Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior e pela ECL.

via de atualização da LBSE (Lei n.º 4/2018), a constituir o 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Mediante tais justificativos, o GTM-2 concluiu ser necessário elaborar uma proposta de legislação que atualize e regulamente, à luz da Lei de Bases em vigor, todo o currículo dos Ensinos Básico e Secundário, incluindo a vertente técnico-profissional de dupla certificação.

### **Dos encontros de reflexão/trabalho**

De forma a definir as áreas e cursos a serem implementados nas regiões definidas para o ERGUES, foi necessário realizar sessões de trabalho quer com o MECCES, principal beneficiário do projeto, quer com outras entidades e instituições, nomeadamente, Direção de Turismo, Associação de Guias Turísticos de STP, empresas privadas, ONGs, alunos, encarregados de educação e outras associações, envolvendo, também, as IES de Portugal, parceiras do Projeto ERGUES.

#### *Sessões de trabalho com o Ministério da Educação*

Para dar sequência aos trabalhos do Eixo 1, o envolvimento, abertura e disponibilidade de Sua Excelência a Senhora Ministra da Educação e das respetivas estruturas centrais e intermédias neste processo tem sido crucial, pois possibilitam estabelecer diretrizes e

contribuíram para a definição – e posterior validação – de áreas prioritárias de formação, bem como respetivos cursos, a conceber (e implementar) pelo Projeto ERGUES, com base no seu profundo conhecimento do sistema e do país, e de outras experiências de formação técnico-profissional já realizadas, nomeadamente, no quadro tanto de projetos da Cooperação Portuguesa como de outros parceiros, internacionais e nacionais.

#### *Encontros com outras entidades públicas e privadas*

Para realizarmos o diagnóstico das necessidades em matéria de ensino técnico-profissional, foram realizados encontros com diversas entidades. Estas sessões de reflexão/discussão serviram para colher sugestões sobre as áreas de formação técnico-profissional mais relevantes para serem implementadas em Caué, Lembá e RAP. Dos primeiros encontros resultou um quadro amplo e diversificado de propostas de áreas de formação, como se pode verificar na Tabela 3:

Regiões	Data da reunião	Sugestões de áreas de formação
Caué	24/05/2024	pesca; agricultura; pecuária; artes plásticas; contabilidade e gestão; formação pedagógica; mecânica; eletricidade; canalização; refrigeração; área de turismo e hotelaria (incluir línguas, sobretudo inglesa); costura; marcenaria e carpintaria; técnico de reparação de computadores; informática; auxiliar de saúde; jurisprudência.
Lembá	23/05/2024	informática; eletricidade; técnico de frio; desenho de construção civil ou arquitetura; agricultura; pesca e transformação do pescado, pecuária e cursos fitossanitários; turismo e hotelaria; guia turístico; formação técnica geral: eletricista, pedreiro e carpintaria; auxiliar de enfermagem; mecânica, canalização; formação pedagógica.
Região Autónoma do Príncipe	25 e 26/04/2024	Turismo e Hotelaria (culinária e restauração; guias turísticos, turismo ambiental, área da cozinha, guia turístico, gestão hoteleira); informática; contabilidade; energias renováveis; mecânica; eletricidade; refrigeração; agricultura; horticultura; pecuária; agropecuária; auxiliares de enfermagem; formações ligadas à educação (pedagogia).

Tabela 3: Diagnóstico de necessidades de cursos técnico-profissionais para Caué, Lembá e Região Autónoma do Príncipe

Estiveram presentes nestas reuniões instituições e entidades, como:

- a) Órgãos do Poder Local;
- b) S. Ex. a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais e Capital Humano da RAP (eixo 1 e 2);
- c) Delegados Distritais de Educação;
- d) Diretores das Escolas;
- e) Professores e Alunos;
- f) Associações de Encarregados de Educação e Representantes dos Alunos;
- g) ONGs; Associações juvenis.

Ainda no decorrer das atividades deste Eixo, foram estabelecidos contactos diversos com outras entidades relevantes, que atuam em STP no domínio da formação profissional e

que desenvolvem atividades empresariais/comerciais nas áreas que têm sido apontadas como prioritárias para a formação técnico-profissional de dupla certificação. Neste âmbito, e dado que a área agrícola e de produção animal surgiu como uma destas prioridades, foi realizado encontro com o Diretor do Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-Pecuário (CATAP) de São Tomé e Príncipe, juntamente com o Diretor do Ensino Secundário e Técnico-Profissional e os órgãos de gestão da Escola Secundária Maria Manuela Margarido, sobre a possibilidade de estes cursos se virem a realizar todos neste centro, pelo facto de ser o único no país que reúne as condições técnicas necessárias à sua implementação. Também foram realizadas reuniões com o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, a Direção

de Turismo e Hotelaria, a Direção Administrativa e Pedagógica da Escola de Turismo e Hotelaria, a Associação de Guias Turísticos de STP, a empresa CIEM (equipamentos elétricos) e a empresa que opera no ramo de energias renováveis, Solar Power.

Com base nestes encontros adicionais e na análise do primeiro levantamento de necessidades efetuado (cf. Tabela 3), procedeu-se à categorização das várias

sugestões de formação recolhidas e sua organização em 4 grandes áreas.

Feito o diagnóstico, a proposta das áreas indicadas como necessidades de cada região foram encaminhadas para e validadas pelo MECCES, tendo sido, em seguida, definidos como prioritários quatro cursos cuja conceção, no quadro do ERGUES, está, numa primeira fase (em curso) sob responsabilidade das IES parceiras do projeto (cf. Tabela 4):

Cursos definidos por área validada	Áreas prioritárias	IES Responsável pela Conceção
Área agroalimentar e florestal; economia do mar		
Curso Técnico em gestão Agropecuária e florestal	Produção Agrícola e Animal / Produção Agroflorestal Sustentável / Exploração, Transformação e Conservação de Recursos agrícolas e animais	Instituto Politécnico de Santarém (IPS)
Curso Técnico em Gestão de recursos Pesqueiros e do mar	Gestão dos Recursos Pesqueiros e do Mar / Recursos e Atividades Marítimas / Exploração, Transformação e Conservação de Recursos Marinhos	Universidades de Aveiro
Área Social		
Curso Técnico em Didáticas e Prática de Ensino no 1º Ciclo do Ensino Básico (CDPE-1º CEB)	Docência	Universidade de Évora e Escola Superior de Educação (IPS)
Área de Serviços		
Curso Técnico em Turismo	Turismo, Hotelaria e Restauração - <i>Turismo ambiental, guia turístico, gestão hoteleira.</i> (com o enfoque para as línguas estrangeiras - Inglês/Francês)	Universidades de Aveiro e de Évora

Em curso está, também, a conceção do plano de formação e respetivos módulos para a formação de formadores para as áreas técnicas dos cursos técnico-profissionais de dupla certificação, cuja implementação terá

lugar em nova Missão Conjunta de IES a realizar-se em julho próximo (2025).

## **Do apoio à implementação de cursos**

Aquando do início do diagnóstico de necessidades de formação, o Ministério da Educação imediatamente solicitou apoio ao Projeto ERGUES para a realização de um curso técnico-profissional vocacionado para a docência no 1º Ciclo do Ensino Básico. De facto, nas 3 zonas abrangidas pelo Eixo 1 do Projeto, o Ministério depara-se com uma grande falta de professores, em particular para este nível de ensino, fruto de vários fatores, entre os quais a emigração de muitos docentes, a distância e as dificuldades de deslocação, que fazem com que os professores qualificados existentes no sistema não mostrem disponibilidade para trabalhar nestas zonas. Assim, entre ver-se forçado a recrutar jovens com apenas uma 12ª classe do ensino secundário geral e poder vir a ter à disposição jovens oriundos destas regiões com alguma formação vocacionada para a lecionação, o Ministério considerou preferível esta segunda opção e solicitou o apoio do Projeto para se avançar, tão cedo quanto possível, com a implementação deste tipo de formação.

Por esta razão, no ano letivo de 2024/25 iniciou-se o curso técnico-profissional de dupla certificação “Didáticas e Prática de Ensino no 1.º Ciclo do Ensino Básico (CDPE-1.º CEB)”, destinado única e exclusivamente

a Caué, Lembá e RAP, regiões cujas necessidades são mais prementes em termos de recursos humanos. Trata-se, por isto, de uma formação com carácter de excepcionalidade, que não confere “qualificação profissional para a docência” nos termos exigidos pela legislação (e, por isso, não poderem entrar e progredir na carreira docente), mas que permitirá aos jovens que o concluam serem contratados (enquadados) para exercerem a docência no 1.º CEB nestes distritos/região.

Estão em funcionamento 2 turmas em Lembá, sendo uma na Escola Secundária de Neves e outra em Santa Catarina, 1 turma em Caué e 1 turma na RAP, com um total de 88 alunos.

Para que o curso fosse efetivado, foi necessário elaborar em muito pouco tempo (dado que se estava ainda no primeiro semestre do Projeto) o plano curricular para o 1.º ano, 10.ª classe, o qual teve por base a estrutura curricular e disciplinas já existentes em cursos profissionalizantes e de via geral legalmente criados. Com o apoio das IES, está em curso a elaboração dos planos de estudo e programas de disciplinas para a 11.ª e 12.ª classes.

Com o intuito de acompanhar o funcionamento deste curso, têm sido realizadas visitas às turmas que funcionam em Lembá e Caué (não houve, ainda,

oportunidade para deslocação à RAP, mas tem-se feito o acompanhamento a distância, pelo contacto com a escola e os responsáveis locais pelo curso). Nestas visitas, em que estiveram envolvidos professores especialistas das IES (em missão a ST), Gestores do Eixos 1 e 4 da Equipa de Coordenação Local do ERGUES, Delegados Distritais de Educação e técnicos das Direções dos Ensinos Básico e Secundário, foi concluído o seguinte:

- a) a necessidade de se desenvolverem mais parcerias entre a escola, a tutela e outros atores organizacionais;
- b) a conveniência de se atribuir uma bolsa de incentivo aos alunos;
- c) a necessidade de implementar um regime de equivalência, uma vez que frequentam o curso formandos que já tinham concluído a 10.<sup>a</sup>, 11.<sup>a</sup> e, até, a 12.<sup>a</sup> classes do ensino secundário geral (mas que ingressaram neste curso por lhe poder oferecer melhores condições de empregabilidade);
- d) a necessidade de dotar as escolas de melhores condições de aprendizagem e de ensino, nomeadamente a nível de conforto da sala de aula, de local de estudo (ex.: espaço equipado com livros, recursos multimédia e acesso a Internet) e existência de outros

materiais que auxiliem os docentes na realização das aulas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento de políticas que visem a promoção e elevação da formação da população ativa, através da progressão escolar e profissional de forma a atender aos desafios de recursos humanos qualificados, os cursos técnico-profissionais constituem uma base para, potencialmente, melhorar a empregabilidade jovem, tanto em STP como nos países para os quais, num contexto de mercado de trabalho globalizado, muitos jovens têm emigrado (e continuarão, cremos, a fazê-lo).

Assim, a revisão e elaboração de instrumentos legislativos de suporte à formação técnico-profissional e à elaboração de currículos são prementes, bem como a criação de cursos profissionais de dupla certificação para Caué, Lembá e RAP, no sentido de dar respostas àquela necessidade. Por isso, ações estão a ser desenvolvidas em estreita articulação com as direções centrais do MECCES e também com o MTS, procurando, deste modo, contribuir para a sustentabilidade da intervenção.

Este trabalho colaborativo com o MECCES refletiu-se, também, no facto de, nas reuniões realizadas para diagnóstico das necessidades

de Lembá, Caué e RAP, o Gestor de Eixo ter sido sempre acompanhado por elementos da Direção de Ensino Secundário e Técnico-Profissional e da Direção Regional de Educação, reuniões essas que permitiram recolher sugestões e perspetivas sobre as formações que, aos olhos das instituições e entidades presentes, correspondem às necessidades prioritárias para os jovens e para a região respetiva.

Tem-se procurado, deste modo, desenvolver uma Cooperação para o Desenvolvimento que incorpore ideias fundamentais como a de apropriação e de “os países parceiros exercerem uma liderança efectiva sobre as suas políticas e estratégias de desenvolvimento, o alinhamento das intervenções com as prioridades dos parceiros” (Carvalho, 2018, p.41).

Por outro lado, a identificação de parceiros ao nível do mercado de trabalho são-tomense constitui condição *sine qua non* para que os cursos técnico-profissionais possam ser desenvolvidos de uma forma bem estruturada e, realmente, corresponder às necessidades destas regiões, procurando garantir a empregabilidade jovem.

Dada a relevância dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos no âmbito do Projeto ERGUES no que concerne ao Reconhecimento, Validação e Certificação

das Competências profissionais, temos ainda acompanhado a certificação das competências profissionais dos pescadores e das palaiês, uma ação que está a ser desenvolvida por outro parceiro, o Centro Tecnológico del Mar - Fundación CETMAR, juntamente com o Ministério da Agricultura e a ONG MARAPA.

O envolvimento dos pontos focais e docentes das IES parceiras do Projeto ERGUES tem constituído uma mais-valia para a persecução dos resultados do Eixo 1, pelo facto de estarem comprometidos com as ações em curso e de estarem sempre disponíveis para partilharem experiências de formação e investigação em matéria de cursos profissionais de dupla certificação.

A realização das atividades do Eixo tem permitido, também, identificar diversos desafios que se colocam ao sistema de ensino técnico-profissional do país, em particular ao nível da: (i) definição de cursos a serem realizados nas regiões abrangidas pelo projeto em áreas definidas como prioritárias que garantam, efetivamente, a empregabilidade; (ii) identificação (e contratação) de potenciais formadores para a lecionação das disciplinas das áreas técnicas; (iii) definição de espaços/salas para a realização deste tipo de cursos, sobretudo em Caué e Lembá e (iv) identificação e disponibilidade de instituições

ou empresas com credibilidade no país, para acolhimento da formação em contexto de trabalho (estágios).

Diante das situações que podem constituir constrangimentos para o regular funcionamento dos Cursos Técnico-Profissionais de Dupla Certificação, recomenda-se que haja:

- ✓ acompanhamento regular dos cursos definidos para Caué, Lembá e RAP;
- ✓ definição, com brevidade, de estímulos (bolsa) para os estudantes dos cursos de forma a motivá-los para prosseguir com os seus estudos, prevenindo a desistência, assunto que já foi abordado junto ao MECCES;
- ✓ construção de salas, por não haver espaços públicos em Caué e Lembá disponíveis, e reabilitação do Centro de Formação Profissional Protásio Pina, na RAP;
- ✓ estabelecimento de parcerias com entidades privadas, criando estímulos às empresas privadas, de forma a possibilitar a realização de estágios práticos.

Estamos conscientes da complexidade de qualquer atuação em contexto de Cooperação para o Desenvolvimento e reconhecemos,

com Schiefer (1995), que, por vezes, “a cooperação para o desenvolvimento continua – mesmo sem desenvolvimento” (p. 14). Acreditamos, contudo, que o trabalho colaborativo que temos vindo a desenvolver com uma diversidade de atores em São Tomé e Príncipe contribuirá para que, no final do Projeto ERGUES, o país tenha conhecido alguns avanços de relevo no contexto tanto da existência de um efetivo Quadro Nacional de Qualificações quanto da formação técnico-profissional de dupla certificação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Marquês de Valle Flôr (2024). *ERGUES – Ensino e Reforma da Governação Educativa em São Tomé e Príncipe (2024-2026). Documento de apresentação do projeto.* <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2024/07/apresentacao-ergues.pdf>
- Carvalho, A. L. (2018). A complexidade da cooperação para o desenvolvimento, as críticas e as alternativas. *Mundo Crítico – Revista de Desenvolvimento e Cooperação*. N.1, Jan. 2018, 35-62. <http://hdl.handle.net/10071/16915>
- ERGUES (2023). *Formulário de apresentação de projeto/programa – Ensino e Reforma da Governação Educativa em São Tomé e Príncipe* (documento não publicado).
- Pocinho, M. (2012). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lidel. 1<sup>a</sup> Ed.

- Fernandes, E. & Santos, L. (2025). *Ensino técnico-profissional em contexto de cooperação: Contributos do Projeto ERGUES (São Tomé e Príncipe)*.
- Reis, F. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos – Guia Prático*. Edições Sílabo. 2<sup>a</sup> Ed.
- República Portuguesa (2022). *Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 – ECP 2030*. [https://www.institutocamoes.pt/images/img\\_noticias2022\\_1/Completo\\_Brochura\\_ECP\\_2030\\_Digital.pdf](https://www.institutocamoes.pt/images/img_noticias2022_1/Completo_Brochura_ECP_2030_Digital.pdf)
- Schiefer, U. (2005). Prefácio. In João Milando (org.). *Cooperação sem Desenvolvimento* (pp. 13-17). ICS.
- Decreto-Lei N.º 27/2010: estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens referentes ao primeiro e ao segundo ciclos do ensino secundário.* (2011). Diário da República n.º 72, de 6 de Junho de 2011. <https://repositoriodigital.me.gov.st/storage/app/public/files/October2022/vZMJ74g2A8YJ6Y3Jp2o1.pdf>
- Decreto-Lei N.º 45/2012: Estabelece o Regime Jurídico da Formação Técnico-Profissional.* (2012). Diário da República n.º 159, de 28 de Dezembro de 2012. <https://repositoriodigital.me.gov.st/storage/app/public/files/November2022/u7YJFZnlKYyNckORd786.pdf>
- Lei N.º 4/2018 – Lei de Bases do Sistema Educativo.* Ministério da Educação e Cultura. (2019). Diário da República n.º 14, Série I, de 18 de Fevereiro de 2019. <https://repositoriodigital.me.gov.st/files/download?f=app/public/files/September2022/D3je9Bpm7L9iO6C1K7P8.pdf>



**ALBA.**®

**ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL**



ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470

1<sup>o</sup> Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025

<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13>

[alba@isfic@gmail.com](mailto:alba@isfic@gmail.com); [alba@isfic.ac.mz](mailto:alba@isfic.ac.mz)